

NOTA DE REPÚDIO

O servidor público é elemento fundamental para que o Estado proporcione à sociedade um serviço público de qualidade. Diante de uma tarefa tão importante é preciso que o servidor trabalhe bem remunerado e em boas condições. Para isso se faz necessário que o Estado respeite à risca os direitos garantidos ao servidor presentes na Constituição Federal e nas leis federais, estaduais e municipais.

Atualmente, os servidores públicos do Ceará estão sendo prejudicados pela morosidade do andamento dos processos administrativos referentes à vida funcional deles. Requerer um direito ao Governo Estadual é ter que se submeter ao martírio da demora excessiva dos processos administrativos.

Tal situação estapafúrdia tem trazido transtornos e prejuízos de toda ordem aos servidores. Um exemplo é o caso dos professores que ampliaram a carga horária definitivamente. Eles já estão trabalhando em carga horária dobrada desde do início de 2016 mas ainda não receberam seus vencimentos integrais em razão dos “passos de tartaruga” do processo administrativo. Esses professores pediram demissão do setor privado para poder ampliar a carga horária e até agora não receberam um tostão sequer.

Outro caso é o da publicação dos atos de estabilidades dos professores que venceram a etapa da avaliação do estágio probatório. Eles aguardam as referidas publicações para poderem ascender no Plano de Cargos e Carreiras. Progredir no Plano de Cargos e Carreiras é sinônimo de melhoria salarial e um estímulo ao professor, mas tal direito vem sendo fustigado devido a incapacidade do Estado do Ceará de garantir aos servidores uma duração razoável dos procedimentos administrativos.

No entanto, mesmo sem propor nenhum reajuste no vencimento base, razão pela qual a categoria se mantém em greve, a Secretaria da Educação do Estado ameaça rescindir os contratos dos professores temporários a toque de caixa, deixando claro a postura de dois pesos e duas medidas. Para garantir os direitos dos professores lentidão extrema, para prejudicá-los velocidade máxima.

O Sindicato APEOC estará firme na defesa dos trabalhadores em Educação e não aceitará tais posturas e, de imediato, repudia as referidas medidas por compreender que não é alijando direitos que se promove Educação de qualidade.

Direção do Sindicato APEOC

